
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE SAÚDE MENTAL E
ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Agnah Grandi

A LÓGICA NEOLIBERAL, MODOS DE SUBJETIVIDADES E A
ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: um percurso em políticas públicas

Belo Horizonte
2023

AGNAH GRANDI

A LÓGICA NEOLIBERAL, MODOS DE SUBJETIVIDADES E A ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: um percurso em políticas públicas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Políticas de Saúde Mental e Atenção Psicossocial.

Orientadora: Profa. Dra. Isabella C. Barral Faria Lima

Belo Horizonte
2023

Agnah Grandi

**A LÓGICA NEOLIBERAL, MODOS DE SUBJETIVIDADES E A ATENÇÃO
PSICOSSOCIAL: um percurso em políticas públicas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Saúde Pública do Estado de Minas
Gerais, como requisito parcial para obtenção do
título de Especialista em Políticas de Saúde Mental
e Atenção Psicossocial.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Isabella Cristina Barral Faria Lima (Orientadora)
Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG)

Profa. Dra. Maria Aline Gomes Barboza
Prefeitura de Belo Horizonte (PBH)

Profa. Ma. Alessandra Rios de Faria
Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG)

Belo Horizonte

2023

G753I

Grandi, Agnah.

A lógica neoliberal, modos de subjetividades e a atenção psicossocial: um percurso em políticas públicas. / Agnah Grandi. - Belo Horizonte: ESP-MG, 2023.

43 f.

Orientador(a): Isabella C. Barral Faria Lima.

Monografia (Especialização) em Políticas de Saúde Mental e Atenção Psicossocial.

Inclui bibliografia.

1. Lógica Neoliberal. 2. Subjetividade. 3. Políticas Públicas. 4. Atenção Psicossocial. I. Lima, Isabella C. Barral Faria. II. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. III. Título.

NLM WM 100

Para meu amado filho Augusto.

AGRADECIMENTOS

Apreendi a ser grata pelos encontros e pelos desencontros ao longo do meu percurso. Os bons encontros alimentam a alma, inspiram e amparam. Os desencontros produzem questionamentos e reflexões. Mas os maus encontros, estes precisamos aprender a evitá-los ou interrompê-los, para não nos perdermos em nossa jornada pessoal. Assim, com dor ou sem dor, o trabalho de ressignificar encontros, desencontros e maus encontros pode acontecer. E quando acontece: criamos! Gratidão a todos que comigo cruzaram caminhos e me permitiram possibilidades.

RESUMO

No presente trabalho, um relato de experiência orientado pela cartografia, tento comunicar, o que foi possível de ser nomeado, a partir de observações e reflexões que fiz ao longo de meu percurso de dezessete anos como psicóloga atuando em políticas públicas. Procurei analisar o avanço neoliberal no Brasil, as implicações psíquicas dessa lógica e prováveis reflexos na conduta de pessoas, especialmente trabalhadores do setor público. E, busquei compreender como a lógica neoliberal pode influenciar nos modos de subjetividade que se apresentam no cotidiano de serviços públicos de uma cidade do Sul de Minas Gerais, repercutindo na micropolítica local, especialmente na Atenção Psicossocial.

Palavras-chave: Lógica Neoliberal; Subjetividade; Políticas Públicas; Atenção Psicossocial.

ABSTRACT

In this work, an experience report guided by cartography, I try to communicate what was possible to be named, based on observations and reflections I made throughout my seventeen-year journey as a psychologist working in public policies. I sought to analyze the neoliberal advance in Brazil, the psychic implications of this logic and probable consequences in the conduct of people, especially public sector workers. And, I sought to understand how neoliberal logic can influence the modes of subjectivity that appear in the daily public services of a city in the South of Minas Gerais, having repercussions on local micropolitics, especially in Psychosocial Care.

Keywords: Neoliberal Logic; Subjectivity; Public policy; Psychosocial Care.

SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPSi	Centro de Atenção Psicossocial infantojuvenil
CEDAE	Centro de diagnósticos de dificuldades de aprendizagem do escolar
PROAE	Programa de atendimento do escolar
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
SESMT	Setor de engenharia de segurança e medicina do trabalho
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

Juntando pistas pelas políticas públicas para refletir sobre o neoliberalismo, sua lógica e capacidades subjetivantes.....	9
Um caminho orientado pela cartografia.....	14
Seguindo as pistas teóricas.....	16
A cartografia do percurso e a pista referencial: a atenção psicossocial.....	25
<i>A entrada no serviço público municipal.....</i>	<i>25</i>
<i>Pistas a partir da política pública de educação.....</i>	<i>26</i>
<i>Pistas a partir da política pública de saúde.....</i>	<i>29</i>
<i>Pistas a partir da política pública de saúde da trabalhadora e do trabalhador.....</i>	<i>33</i>
Algumas conexões possíveis.....	35
Referências.....	40

Juntando pistas pelas políticas públicas para refletir sobre o neoliberalismo, sua lógica e capacidades subjetivantes

Há luta social contínua por políticas públicas que tratem de importantes e graves demandas sociais do país, ao mesmo tempo em que existem setores da sociedade brasileira que não reconhecem a importância de se investir em políticas públicas sociais. Estes setores atuam fazendo força contrária e deslegitimando projetos políticos que visam transformações na estrutura da sociedade num sentido de igualdade e inclusão.

A partir da redemocratização do Brasil e da promulgação da Constituição Federal de 1988, vimos enquanto habitantes do país tentativas, criações e consolidações de políticas de Estado¹ no sentido de construção de cidadania, justiça social e garantia dos direitos humanos para o povo brasileiro. Para além da mera alternância de poder ou partidarismo, abrindo a possibilidade para pensar uma nova organização social, talvez mais complexa, porém mais inspirada na real demanda do povo brasileiro. Conforme o seu Preâmbulo:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1988)

Em contra partida, ao longo dos anos, podemos ver a agenda neoliberal² crescer e se fortalecer, difundindo valores econômicos exclusivamente financeiros, descolados de questões sociais, sendo estes valores o foco principal do Estado, enfatizando o setor privado como referencial de gestão para a administração pública.

¹ Quando uma política pública é criada de forma estruturada, pensada por diferentes setores da sociedade, com grande apoio social, robustez e orçamento para ser executada a longo prazo e se manter independente das trocas de governo, ela passa a ser considerada Política de Estado. (BARÃO; RESEGUE; MONTEIRO, 2022)

² A agenda neoliberal é a incorporação de demandas em uma abordagem política e econômica pautada no neoliberalismo, que enfatiza a redução da intervenção do Estado na economia, promove a livre iniciativa, a competição de mercado, flexibilização das leis trabalhistas, a defesa da redução dos gastos públicos e a privatização de empresas estatais. (BLUME, 2016)

Sob essa visão, é comum encontrarmos defensores ferrenhos da máxima que o Estado deve ser enxuto e com gastos controlados. Esses defensores argumentam que as políticas públicas sociais são funções consideradas não essenciais e geradoras de endividamento público.

A difusão da tese do Estado mínimo³ foi algo que impregnou a sociedade brasileira. Mas, o que não se esclarece é que há um não-dito nesta tese, que distorce a real apreensão da lógica neoliberal e suas finalidades, que de fato é um Estado máximo para a Economia, Segurança Pública e Justiça, seus grandes pilares sustentadores de uma estrutura de força e controle (SAFATLE, 2022).

Diante da tensão de forças políticas divergentes e em certa medida contrárias, a Psicologia brasileira se reposicionou, enquanto ciência e profissão, sobretudo a partir da primeira década dos anos 2000, com a Resolução 10/2005 do Conselho Federal de Psicologia, que altera o Código de Ética da Psicologia, na direção de assumir um compromisso com políticas públicas que visam a justiça social e atendam as necessidades reais da população, especialmente a marginalizada e/ou excluída. Abandonando posições do passado, sob forte influência de teorias higienistas, que reproduziam interesses dominantes e desiguais da elite brasileira (GESSER, 2013).

Este Código de Ética dos Psicólogos é reflexo da necessidade, sentida pela categoria e suas entidades representativas, de atender à evolução do contexto institucional legal do país, marcadamente a partir da promulgação da denominada Constituição Cidadã, em 1988, e das legislações dela decorrentes. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005, p.05)

Como resultado, da Psicologia se posicionando em desacordo com o campo mais hegemônico, ideias mais progressistas passaram a ser indicadas para a conduta profissional do psicólogo. Aos profissionais ingressos nos serviços públicos a partir de então, era recomendado o compromisso com a promoção da cidadania e direitos humanos, em acordo com projetos ético-políticos⁴ que visem mudanças na dinâmica dominante de desigualdade social (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005).

³ Estado Mínimo nada mais é do que o entendimento que o papel do Estado na sociedade deve ser o mínimo possível, para que o Estado consiga entregar serviços públicos de qualidade para a sociedade, com maior eficiência, deixando apenas nas mãos de iniciativas privadas. (LIMA, 2020)

⁴ Os Projetos ético-políticos são os conjuntos de valores transdisciplinares de princípios e diretrizes éticas que visam articular a dimensão ética com a dimensão política, promovendo uma atuação profissional comprometida com valores sociais, direitos humanos e transformações sociais. Eles orientam a atuação de profissionais em determinadas áreas, especialmente nas ciências sociais e humanas. (FIGUEIRO, 2011)

Mas, a partir de 2016, quando o Brasil experimentou forte avanço de contexto neoliberal no país, com a Emenda Constitucional nº 95 (EC nº 95/2019), que instituiu um teto de gastos para o governo e limitou os investimentos em políticas sociais, afetando o setor público em todos os níveis — municipal, estadual e federal —, essas tensões políticas ganharam um novo cenário (REINHOLZ, 2018).

Nessa mesma lógica, ideias sobre austeridade econômica, privatizações e redução do Estado, disseminadas a partir das propostas de governos neoliberais, parecem mudar a direção das políticas assistenciais, submetendo-as à questão econômica, o que acarreta mudanças de leis e diretrizes, de financiamento e de sustentação do projeto ético-político dos serviços, numa inversão de importância das demandas. Fazendo com que a política fiscal⁵ se torne prioridade sobre a política social.

De acordo com Safatle (2022) e Almeida (2023), a questão desse contexto não se refere exclusivamente ao plano econômico, o neoliberalismo age também como um padrão social de comportamento. Há uma “dimensão de processos de intervenção social”, onde podemos encontrar um trabalho de “design psicológico profundo”, envolvendo a produção de consciência e sentimentos embasados numa ideia de sociedade a partir de “princípios empresariais” (SAFATLE, 2022, p. 30).

Além disso, Segundo Silvio de Almeida (2023), precisamos pensar o neoliberalismo como processo de produção de novos modos de subjetividades onde a individualização do comportamento, sobretudo no campo profissional, se dá a partir do desmantelamento dos laços sociais. Diluindo grupos, sindicatos e a “ideia do comum”, a favor de uma dinâmica onde “todos se tornam concorrentes entre si” e “empreendedores de si mesmo”. “Viver vira fazer gestão”, “buscar um sentido na vida vira meta”, “a vida social nos leva a funcionar na lógica do *marketing*” (ALMEIDA, 2023).

Neste prisma, este trabalho é uma tentativa de construir algumas reflexões, a partir de minha participação profissional, que se pretendeu crítica e em consonância com o acordo ético que a Psicologia brasileira assumiu para fundamentar a atuação nas políticas públicas. Organizei esse esforço reflexivo, por meio de um esboço de mapa, construído a partir de pistas que fui localizando em meu percurso profissional. Essa trilha se orienta pelo entendimento de que transformações sociais⁶ implicam alterações

⁵ Política fiscal reflete o conjunto de medidas pelas quais o Governo arrecada receita e realiza despesas. (TESOURO NACIONAL, 2020)

⁶ As transformações sociais referem-se a mudanças significativas nas estruturas, instituições, valores e relações sociais ao longo do tempo. Elas podem envolver diversos aspectos da sociedade, como economia, política, cultura, tecnologia e comportamento. (GIDDENS, 2005)

psíquicas, agindo tanto sobre a estrutura social quanto sobre os modos de constituição da subjetividade das pessoas.

Ao longo de dezessete anos, como trabalhadora em um Município do Sul de Minas Gerais, atuei em políticas públicas diferentes e percebi dificuldades semelhantes, como, por exemplo, dificuldades de estabelecimento de serviços, extinção de serviços, dificuldades na manutenção dos projetos ético-políticos e a existência de serviços que, mesmo se mantendo abertos, perderam a qualidade da oferta de cuidado para as pessoas.

De 2005 a 2022, passei pelas políticas de Educação, Saúde, Saúde Mental e Saúde do Trabalhador diretamente e também por outras políticas, de forma intersetorial. Além disso, fiz parte de estratégias do controle social⁷, por meio da participação em Conselhos de Direitos, e vi o pacto social constituído em 1988 avançar, mas não somente. Também vi muitas fragmentações, desmantelamentos de agrupamentos e serviços, divergências irreconciliáveis entre profissionais e reveses no trabalho em decorrência de mudanças governamentais, tanto no nível federal como no estadual e no municipal.

Essas experiências me interrogaram e produziram muitos questionamentos sobre o que se dava. A partir da ascensão da extrema direita brasileira e da vivência da polarização do país, pude observar o acirramento das diferenças de visão política entre as pessoas, e o que antes era mais sutil ou mesmo dissimulado se estabeleceu e criou cisões. Vivi a sensação de uma virada de chave rumo ao passado mais sombrio e colhi efeitos dolorosos para minha vivência pessoal e profissional.

Assim, fui localizando pistas por meio das minhas memórias sobre a entrada no serviço público, sobre a experiência nas políticas de Educação e de Saúde, e especialmente pensando na Saúde Mental e Atenção Psicossocial, por seu forte compromisso com o movimento social da Luta Antimanicomial e a sua lógica inclusiva para as pessoas com sofrimento psíquico. Essas pistas me sinalizaram questões da dimensão subjetiva do trabalho no serviço público, afetadas pela lógica propagada pelo neoliberalismo brasileiro.

Em virtude disso, quais as possíveis consequências que afetariam o cotidiano nos serviços públicos, especialmente na política de Saúde mental a Atenção Psicossocial? Sobre tudo ao considerarmos que os agires embasados em uma lógica

⁷ O controle social é a participação da sociedade civil, via órgãos representativos nos espaços de deliberação das diretrizes das políticas, do planejamento, da execução, do monitoramento e supervisão dos planos, programas e projetos da gestão pública. (TEIXEIRA, 2007)

neoliberal ou mercadológica podem ser a reprodução do que esta política pretende superar (ALARCON, 2005).

Tendo em vista que as influências neoliberais sempre estiveram presentes e crescentes ao longo da redemocratização do Brasil e, considerando seu acirramento atual, acredito ser relevante poder relatar aspectos do que vivenciei a partir de minha experiência como trabalhadora e no meu contexto territorial.

Logo, este trabalho é um relato de experiência orientado pela cartografia, no qual procuro refletir sobre as possíveis consequências do neoliberalismo brasileiro em uma dimensão subjetiva do trabalho, bem como as possíveis consequências para o trabalhador. A partir de pistas, que emergiram através do meu trabalho de psicóloga em diversas políticas públicas, busco analisar como a lógica neoliberal pode impactar o cotidiano do serviço público em um município do interior de Minas Gerais, com foco especial no funcionamento de políticas públicas assistenciais, como a de Saúde Mental - Atenção Psicossocial.

Um caminho orientado pela cartografia

Com o propósito geral deste relato em mente, busquei com minha orientadora um método mais aberto e, ao mesmo tempo, mais inventivo, capaz de proporcionar uma análise reflexiva sobre minha experiência profissional no âmbito das políticas públicas e mais fidedigna à realidade do campo de atuação dos psicólogos. Assim, optamos por utilizar a cartografia como norteador.

Em uma reversão a ideia de método (*metá* - *hódos*) que etimologicamente significa “através do caminho”, a cartografia propõe uma ressignificação da experiência (*hódos* - *metá*) - o caminho atravessado. Uma prática singular de pesquisa e de análise, em uma tentativa de “subtração do único” (KASTRUP et. al., 2015).

Neste sentido, a cartografia surge como uma possibilidade de pesquisa e uma prática investigativa que, em vez de buscar um resultado ou conclusão, procura-se acompanhar o processo, para a partir daí, compilar dados e solucionar problemas expondo cada etapa do processo.

De acordo com Passos (2015), o sentido da cartografia é a experimentação do pensamento através da implicação da realidade e pode ser utilizado em toda e qualquer realidade onde o pesquisador queira acompanhar um processo. O objetivo do cartógrafo é desenvolver e coletivizar sua experiência.

Como método de pesquisa e investigação, a cartografia é uma estratégia historicamente recente, que tem como referência a formulação apresentada por Félix Guattari e Giles Deleuze em Mil Platôs, e se opõe ao modelo tradicional, organizado e centralizado de pensamento. Fazer cartografia consistiria, na arte de construir uma representação sempre inacabada da realidade, aberta, composta de diferentes linhas, “conectável, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente” (DELEUZE; GUATTARI apud KASTRUP, 2015).

Dessa forma, o método da cartografia se apresentou como alternativa importante para refletir sobre a minha experiência profissional, em diálogo com o funcionamento de políticas públicas em um município do sul de Minas Gerais, por facilitar a compreensão de processos e produção de subjetividades, acompanhando movimentos dentro de territórios existenciais.

Destaco ainda, que conforme Passos, Kastrup e Escóssia (2015),

A formação do cartógrafo não se fundamenta na experiência passada, mas encontra sua chave na experiência presente. Trata-se mais de um refinamento da percepção do que um apelo ao saber acumulado ou à memória. (p. 201)

Nesse sentido, o esforço para construir este relato de experiência foi o de alinhar as memórias de minhas experiências profissionais com aquilo que é possível produzir no presente, tanto a partir de novas conexões, inclusive a possibilidade de poder parar para refletir de forma sistematizada sobre essas práticas em um curso de especialização, como a partir de leituras políticas que só são possíveis neste tempo.

Seguindo as pistas teóricas...

No intuito de investigar a temática proposta neste trabalho, busquei referências amplas no campo das ciências humanas, história, filosofia, sociologia, psicanálise, esquizoanálise e publicações recentes acerca dos contextos políticos atuais, de modo que servissem de embasamento teórico para o tema em questão. Após a realização de um levantamento bibliográfico, percebi que há grande interesse acadêmico, na atualidade, sobre o neoliberalismo e suas consequências sociais, muitos autores expressam o reconhecimento do efeito massivo das ideias neoliberais na construção de subjetividades.

Portanto, para discorrer a respeito do tema proposto neste trabalho, partirei do posicionamento da Psicologia brasileira, com a concepção de que fazer políticas públicas capazes de transformar realidades requer primeiramente o compromisso com as transformações sociais na direção de corrigir distorções históricas, e a convicção de que a democracia ainda é o melhor regime político para alcançar essas transformações. E que a subjetividade pode ser entendida como algo produzido por instâncias individuais, coletivas e institucionais (GUATTARI, 1992, p.11).

Historicamente, o neoliberalismo é tido como resposta ao Keynesianismo, que surgiu como instrumento/ideias para combater a crise econômica de 1929, advinda de práticas econômicas liberais (Liberalismo⁸) que culminaram no “*crack*” – a quebra da bolsa de valores de Nova York. A principal tese do Keynesianismo defendia que o Estado deveria intervir na economia como forma de impulsioná-la, especialmente em tempos de recessão. Essa abordagem propunha que o governo usasse medidas como aumento dos gastos públicos e redução de impostos para estimular a demanda agregada e, assim, impulsionar a economia em momentos de baixa atividade.

Em oposição aos intervencionismos estatais e as teorias de planejamento estatal (socialismo), a Escola Austríaca de Economia defendeu nova tese liberal para economia, reagindo à nova organização social que surgia após a segunda Guerra mundial (ALMEIDA, 2023) – o enfraquecimento do Estado, através da intervenção zero, considerando que o mercado se regularia de forma autônoma. Nesse prisma, Milton Friedman e George Stigler se tornaram os principais expoentes da Escola de

⁸ O liberalismo é uma filosofia política que defende princípios como a liberdade individual, igualdade perante a lei e a limitação do poder do Estado, enfatizando a propriedade privada e a competição. Ele promove a economia de mercado como meio de alcançar o bem-estar social. (SOUZA, 2016)

Chicago de Economia, que se tornou referência mundial do neoliberalismo (SOUZA, 2016).

O novo liberalismo ou o neoliberalismo, além de se comportar como corrente econômica, age também como um padrão social de comportamento (BLUME, 2016), sobretudo pela individualização do comportamento, difundindo concepções de ausência do Estado, busca pelo sucesso individual e competição, enfraquecimento ou aparelhamento das instituições, considerando o mercado como regulador do contexto social na vida das pessoas. Uma provável resposta aos novos coletivismos que vinham surgindo pelo mundo (ALMEIDA, 2023).

Podemos citar que as principais críticas ao neoliberalismo apontam para o objetivo implícito de manutenção dos discursos hegemônicos e o efeito de manutenção da desigualdade social (SAFATLE; SILVA JÚNIOR; DUNKER, 2022). Pois, ao defender o livre mercado sem intervenção estatal se cria uma imensa dissimetria entre os donos dos meios de produção e a classe trabalhadora, já que o Estado deixa de poder corrigir distorções sobre possíveis desigualdades (SAFATLE, 2022).

Entretanto, o neoliberalismo brasileiro apresenta uma pauta conservadora nos costumes, desconsiderando o Liberalismo como corrente de pensamento, visto que, este defende um pensamento aberto e flexível. Já no neoliberalismo não há o reconhecimento das discussões das questões estruturais e dos direitos coletivos. O indivíduo é o agente das relações jurídico-sociais e detém direitos individuais e não coletivos (BLUME, 2016).

Esse mosaico pré-teórico complicado com que o neoliberalismo tenta se sustentar como corrente política, social e econômica me parece revelar-se como um movimento reacionário a implementação de um Estado voltado para questões do bem-estar social. Provavelmente, em contraposição ao que vinha sendo pretendido no Brasil desde a Constituição Federal de 1988 e sua proposta cidadã. Desmontar o Estado comprometido com questões sociais e desarticular coletivos parece ser necessário para o sucesso da lógica de mercado individualizante do projeto neoliberal.

Diante do exposto, acredito ser importante refletir sobre um posicionamento crítico ao neoliberalismo, especialmente se o lugar profissional ocupado na sociedade está vinculado a funções que demandam a organização de um Estado forte e o desenvolvimento de políticas públicas que possam gerar transformações sociais. Isso

porque tais transformações não são abarcadas pelo modelo neoliberal, que se interessa pela manutenção das distorções históricas.

Conforme Safatle (2022) argumenta, o neoliberalismo vai além de uma simples teoria econômica. Ele está intrinsecamente ligado a uma psicologização da economia, ou seja, justificam ações econômicas de forma lógica para alienar e explorar a população, e em consequência desencadeiam uma paralisia no pensamento crítico por meio da difusão massiva de discursos psicológicos e morais. Ainda assim, essa sustentação está enraizada no modo de produção econômica capitalista, o que contribui para uma alienação generalizada em relação à exploração como elemento estruturante desse modelo econômico, com impactos diretos na ideologia e na produção de subjetividades nas pessoas.

Num contexto social, verdadeiramente empenhado na transformação, a postura crítica emerge como elemento central. Ela possibilita identificar *déficits* de adequação entre situações sociais concretas e ideais normativos, expressando um compromisso intrínseco com a busca de significado. Esse posicionamento crítico se diferencia do discurso cínico, que, segundo Safatle (2008, p.39), “nunca está lá para onde seu dizer aponta”. Reforçar uma postura crítica e identificar formas discursivas repletas de cinismos é crucial para uma abordagem comprometida com a transformação social efetiva.

Assim, para que a sociedade brasileira possa se transformar efetivamente se faz necessária uma abordagem multifacetada que envolva aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais próprios. Nesse sentido, a Constituição de 1988, também conhecida como “Constituição Cidadã”, serve como um guia para orientar essas transformações. A efetividade dessas ações dependerá da mobilização e engajamento da sociedade brasileira, da atuação de líderes comprometidos com a transformação social e do respeito aos princípios estabelecidos na nossa Constituição de 1988, sempre adaptando as ações à realidade e às necessidades específicas do contexto brasileiro, fugindo de ideologias repletas de imperialismo americano como posto pelo neoliberalismo propagado no Brasil nos últimos anos.

Levitsky e Ziblatt em *Como as democracias morrem* (2018), analisam o enfraquecimento lento e constante de instituições críticas e a erosão gradual de normas políticas, através de mecanismos perversos que produzem distorções de fatos históricos

e efeitos de massa fazendo uso das ferramentas democráticas para escalar em autoritarismos de modo perfeitamente legal.

Em *Cinismo e falência da crítica* (2008), Safatle aponta a quebra da racionalidade e um corte na rede definida classicamente por causa e efeito, possivelmente substituída por uma falsa consciência da aparência regida por uma razão cínica. Segundo o autor, “para o cínico, não é apenas racional ser cínico, só é possível ser racional sendo cínico” (SAFATLE, 2008, p.13).

Entretanto, defender hegemonias, produzir curtos-circuitos discursivos referenciados numa razão cínica, desmontar a estrutura estatal e promover a lógica de livre mercado favorecendo os mais ricos, pode sinalizar um projeto político dominante com consequências temíveis para a população, especialmente a mais vulnerável e que mais necessita do Estado.

O projeto político neoliberal se apresenta como reacionário e hostil à democracia e demanda retorno a um estado político anterior, através de ações destinadas a restaurar um *status quo* do passado. Ou seja, ao priorizar o livre mercado em detrimento da intervenção estatal e do bem-estar social, temos consequências prejudiciais para os menos favorecidos, contribuindo para o aumento das disparidades econômicas e sociais, e a manutenção das elites dominantes sobre os menos afortunados. Esse projeto político neoliberal, quando implementado sem devidas considerações sociais, gera impactos negativos na equidade e na qualidade de vida dos mais vulneráveis da sociedade.

Assim, em 2016, quando no Brasil se instituiu uma Emenda Constitucional (EC 95), demarcando avanço importante na consolidação do neoliberalismo no país através de um teto para os gastos públicos com políticas sociais, verificamos um efeito de identificação de massa acontecer, crescer e evidenciar o efeito do discurso neoliberal se inserindo na história e na sociedade. De acordo com Almeida (2023), o sujeito atravessado por uma organização de Estado neoliberal repercute ideias anti Estado e pró setor privado, numa lógica de *eu empreendedor de si mesmo*, apoiado no modelo de empresa.

Inclusive, não foi raro nos depararmos com muitas pessoas que se afetaram pela lógica neoliberal no nível de sua subjetividade e passaram a defender este tipo de sistema político mesmo sendo trabalhadores do sistema público em políticas assistenciais. De modo a reproduzir discursos neoliberais, sem consciência de sua

situação de executor das políticas públicas, que julgam serem mais bem conduzidas pelo setor privado.

Essa postura é paradoxal e reflexo do projeto político neoliberal, uma vez que os trabalhadores do setor público são parte integrante do sistema que o neoliberalismo muitas vezes critica. Portanto, ao observarmos esse comportamento, fica claro que esses trabalhadores podem não estar plenamente conscientes de como suas ações e discursos se alinham com ideias que podem minar a própria natureza do serviço público e a oferta de políticas assistenciais. E, conforme argumento de Safatle, sugere uma falta de consciência crítica sobre o papel do Estado na promoção do bem-estar social e na correção de desigualdades.

Suely Rolnik (2015) argumenta ainda que formações no campo social adquirem corpo através do campo existencial, pelos processos subjetivos⁹ das pessoas. Dessa maneira e em consonância com outros autores já citados (SAFATLE; SILVA JÚNIOR; DUNKER, 2022; SAFATLE, 2022), é importante se pensar o neoliberalismo como um processo de produção de subjetividade. E quando a subjetividade é considerada como produção, e não em uma perspectiva essencialista, ela pode ser entendida de maneira plural – subjetividades (SOARES; BARROS, 2009).

Podemos inferir a produção de consciência e sentimento no sujeito neoliberal a partir da tese da construção de uma sociedade baseada no modelo do mercado, ou seja, um país seria uma espécie de empresa com várias empresas dentro. Podemos pensar em uma apreensão subjetiva desta estrutura social, resultando em uma subjetividade influenciada pelo modelo da empresa privada. Estes novos modos de subjetividades pelo forte individualismo e competitividade que reverberam podem agir no desmantelamento dos laços sociais, desagrupar e desarticular pessoas desintegrando a ideia do comum de todos, e tornando todos concorrentes entre si (ALMEIDA, 2023).

Almeida (2023) também afirma que os sujeitos ao se empreenderem de si mesmos trazem à vida um utilitarismo precarizante, transformam o viver em *fazer gestão* e a vida social passa a ser regida pela lógica do *marketing*.

A palavra *marketing* está relacionada à publicidade e é derivada do termo inglês *market* que significa mercado. Evidenciando um circuito fechado e sem sentido, onde as

⁹ Podemos definir os “processos subjetivos” como transformações nas subjetividades individuais e coletivas, que ocorrem em resposta a diversas forças sociais, políticas e culturais. As subjetividades são moldadas por forças sociais e políticas externas, e ao mesmo tempo, os sujeitos também participam na criação e reprodução dessas forças, assim, os processos subjetivos ficam entendidos como parte de uma interação dinâmica entre o sujeito e seu ambiente. (ROLNIK, 2015)

pessoas são estimuladas a organizar sua subjetividade como uma empresa e objetivar fazer propaganda (marketing) de si mesmas, direcionando-as a algo vago e abstrato como a ideia de um mercado, com a finalidade de obter dinheiro para manter este circuito. Parece-me um descolamento das questões da realidade da vida e do sentido existir como subjetividades objetificadas.

Em um mundo organizado em torno do capital financeiro global/neoliberal a dominação se opera micropoliticamente e macropoliticamente¹⁰, articulando muito bem essas duas dimensões, num sentido de destituir do imaginário popular a importância da justiça social e das lutas por direitos. Ou seja, surge uma ação coordenada para minar, no imaginário popular, a relevância da justiça social e o valor das lutas por direitos. A micropolítica, centrada em interações sociais cotidianas e relações interpessoais, contribui para disseminar a perspectiva individualista e competitiva, desvinculando os cidadãos de uma compreensão coletiva das questões sociais e, paralelamente, a macropolítica, que é composta por estruturas institucionais e políticas globais, perpetua sistemas que favorecem a concentração de poder e recursos. Logo, essa combinação eficaz de estratégias, operando em diversas escalas e nos mais variados níveis acaba por contribuir para o enfraquecimento da consciência coletiva sobre a importância da justiça social, desafiando, assim, os esforços em prol de uma sociedade mais equitativa e justa.

Ressalto aqui a fragilidade da condição de se fazer sustentação de políticas públicas que visam objetivos sociais, como a equidade ou justiça social, em um contexto neoliberal. Durante a pandemia de COVID-19, por exemplo, vivemos, como brasileiros, uma situação muito tensa. Apesar de termos o Sistema Único de Saúde (SUS) como grande exemplo de política de Estado, de democracia e garantia de direitos do povo brasileiro, não obstante o seu desfinanciamento, boa parte da população foi convencida, ou colocada em dúvidas sobre a importância da imunização. A comunidade da área da saúde também se dividiu. Vimos recorrentes debates nas mídias com argumentações pró ou contra vacina. E um governo inescrupuloso fomentando a divergência ostensivamente, o que reforça o exposto anteriormente sobre a propagação da postura paradoxal dos integrantes do setor público que foram contaminados pelas ideias neoliberais.

¹⁰ Podemos entender a Macropolítica como as estruturas políticas em uma escala mais ampla envolve instituições políticas, políticas públicas, sistemas governamentais e outros aspectos de grande escala da vida política, já a micropolítica engloba as práticas políticas e relações de poder que ocorrem em níveis locais, cotidianos e interpessoais, nela estão as interações sociais, dinâmicas de grupo e processos políticos em pequena escala. (Bogéa, 2020)

Em o *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (2022), os autores apontam para um gerenciamento do mal-estar, mobilizando setores da população como se tivessem diante de sujeitos eminentemente psicológicos. As confrontações políticas são feitas por ofensas e desrespeito. A ofensa é astuta; a fala ofensiva visa quebrar a emergência da reação de todos, pois singulariza, ofende a um. O problema passa a parecer algo entre um com o outro. Não parece mais político. (SAFATLE, 2022, p.22)

Até o presente momento, podemos compreender um pouco sobre as características individualizantes, competitivas, despolitizantes e de manutenção do *status quo* como possíveis consequências do neoliberalismo nas subjetividades. Essas características são antagônicas ao pacto social de 1988 no Brasil, um pacto promulgado na Constituição Federal de 1988 que fez avanços significativos na promoção dos direitos sociais, da participação democrática e da igualdade. No entanto, as características citadas são inerentes ao neo-liberalismo e corroeram os fundamentos deste pacto, ameaçando a solidariedade social e enfraquecendo o compromisso com os direitos sociais. Portanto, repito que os efeitos do neo-liberalismo discutidos acima não apenas ameaçam a coesão social, mas também ameaçam os princípios básicos do pacto pela democracia, os direitos sociais e os princípios constantes na Constituição de 1988.

Vimos também, ações encadeadas acontecerem numa direção visível de mudar pontos na estrutura do Estado, que vinham conduzindo transformações importantes na sociedade brasileira. Vivemos desfinanciamentos para políticas sociais, reinstitucionalização, remanicomialização, deslegitimação das ações afirmativas e militarização do Estado (GUIMARÃES; ROSA, 2019). Tudo isso, sob difusão de notícias falsas, numa estratégia ampla com intencionalidade visível de implodir o Estado democrático de direito.

Neste ponto, penso ser importante ater-nos à focalização na política nacional de Saúde Mental à Atenção Psicossocial. Acredito também, que as investidas contra a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)¹¹ seja um ponto importante na sustentação do projeto neoliberal no Brasil. Não só pelo aspecto de retomada de um mercado, mas principalmente pelo que a Atenção Psicossocial se propõe, em termos de construção de cidadania das pessoas em situação de vulnerabilidade e sofrimento psíquico. A própria

¹¹ A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) corresponde a um conjunto articulado de diferentes pontos de atenção à saúde, instituída para acolher pessoas com sofrimento mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A assistência em saúde mental no Brasil envolve o Governo Federal, Estados e Municípios. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011)

Reforma psiquiátrica brasileira já foi uma resposta a um Estado autoritário e violento (ALARCON, 2005; GUIMARÃES; ROSA, 2019).

A lógica da Atenção Psicossocial reverbera valores humanos de liberdade, cidadania, inclusão social e acolhimento de diferenças. Valores que são altamente emancipadores e diametralmente opostos ao valor de mercado apresentado pelo projeto neoliberal e à reversão dos direitos garantidos constitucionalmente envolvidos em seu projeto de poder. Dado esse argumento, as políticas de Atenção Psicossocial são pautadas nos valores humanos essenciais que vão além das barreiras tradicionais da saúde mental. A liberdade, por exemplo, é promovida como um princípio fundamental que visa permitir que os indivíduos exerçam autonomia sobre suas próprias vidas e escolhas. A cidadania é cultivada como um direito intrínseco de cada pessoa, valorizando a importância de sua participação ativa na sociedade. E a inclusão social busca superar estigmas e promover a equidade, garantindo que todos tenham acesso aos recursos e oportunidades necessários para uma vida plena. Sendo assim, fica explícito que esses valores são opostos à lógica de mercado do neoliberalismo e destacam-se como pilares essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e respeitosa para com a diversidade humana, consubstanciando a importância da Atenção Psicossocial na sociedade atual.

Ao longo do tempo, ocorreram alterações significativas na RAPS visando fortalecer uma lógica de mercado. A remanicomialização, por meio da inserção das comunidades terapêuticas e do retorno dos hospitais psiquiátricos, foi uma das mudanças mais relevantes para a lógica neoliberal e para a Luta Antimanicomial (GUIMARÃES; ROSA, 2019). Mas, a precarização das relações de trabalho, através da terceirização, e a imposição de metas quantitativas para as equipes, com a possibilidade de fechamento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), acabou por influenciar a dinâmica de trabalho em toda a extensão da rede. Em consequência pude observar a instalação de uma atmosfera paranoica, passível de comprometer a finalidade do trabalho na intervenção psicossocial podendo ser adoecedora para o trabalhador, pois não bastava mais atuar nos cuidados dos usuários, passou a ser necessário provar que o trabalho estava sendo realizado. O foco já não era mais o cuidado e sim a produção do trabalhador.

Diante do mal-estar resultante dessa mudança de dinâmica no trabalho, o desejo de transformação parece ter sido substituído pelo medo de desagregação. Sueli Rolnik

(2017), conceitua a subjetividade como o que resulta da experiência do mundo em mim. Se o mundo é a ameaçador produz medo de desagregação, gera sofrimento psíquico e adoecimento social. Segundo a autora, subjetividades coletivizadas, afetadas por um inconsciente colonial-capitalístico que nos habita, passam a se expressar como fenômeno de massa.

Quando a organização do trabalho entra em conflito com o funcionamento psíquico do trabalhador, e todas as possibilidades de adaptação entre a organização do trabalho e o desejo dos sujeitos estão bloqueados, emerge um sofrimento patológico: estes mesmos sujeitos criam estratégias defensivas para se proteger e passam a estabelecer relações distorcidas com o propósito de trabalho (DEJOURS, 1992).

Estamos todos inseridos no mesmo sistema político, mas observei através de minha trajetória profissional que estamos atravessados pelos fenômenos de adoecimento social de forma distinta. Compartilho a seguir fragmentos da minha experiência de trabalho no serviço público que me levaram a refletir a respeito de algumas pistas sobre como pude perceber certas influências da lógica neoliberal no cotidiano dos serviços.

A cartografia do percurso e a pista referencial: a atenção psicossocial

A entrada no serviço público municipal

Em 2005, iniciei como servidora pública municipal na função de psicóloga em uma cidade localizada na Região Sul do estado de Minas Gerais. Com uma população estimada de 137.608 pessoas, é considerada cidade de médio porte (IBGE, 2021).

Ao passar a fazer parte do corpo de servidores públicos municipais, experimentei a alegria de iniciar minha vida profissional como servidora pública, mas também um vazio importante. Não houve nenhum trabalho de recepção, integração ou treinamento. Questões cruciais não foram abordadas, como o que era ser servidora pública, quais funções eu deveria desempenhar como servidora pública naquele município, quais as leis e princípios que regem o funcionalismo público seriam importantes dominar naquele momento. Talvez a apresentação de um organograma da estruturação da prefeitura pudesse esclarecer inicialmente esses aspectos. No entanto, nem essas informações nem outras relevantes foram ofertadas ou disponibilizadas. Um vazio ocupou o espaço do encontro entre a profissional e a instituição.

Fazendo hoje um exercício reflexivo de tomar como pista esse acontecimento, penso nesse vazio como algo muito além de desorganização, incompetência, desinteresse ou qualquer outro julgamento que eu possa ter feito na época. Compreendo esse vazio como parte de uma estrutura montada para ser desestruturada, ou ainda não montada, logo desestruturada. Penso que é dessa forma que se inicia a relação entre a instituição e o servidor, um início que pode moldar uma trajetória de enfraquecimento e desestímulo no engajamento com o serviço público.

Então, ao considerar as políticas públicas como tentativas de corrigir problemas identificados na forma como a sociedade se organiza, penso que quem se beneficia de como a organização social se dá no presente pode exercer forte barreira para que transformações sociais aconteçam, ou que estas barreiras sejam o resultado da forma como tem sido organizada a sociedade até aqui. Porém mudar um contexto, estando inserido nele, exige muita desconstrução e envolve grande complexidade.

Contudo, um Estado estruturado para realizar ações que podem avançar com as condições de vida de seu povo pode ser ameaçador aos domínios externos à esfera pública e até mesmo ao território nacional se as intenções de base são de exploração

econômica. Refletindo nesta direção, torna-se quase óbvio que governos com intenções mais focadas no bem-estar de sua população estejam sempre sendo alvo de observações ostensivas, retaliações e até mesmo, grandes golpes.

Diante de um contexto de trabalho desinvestido e desorganizado, a culpa recai frequentemente sobre o servidor público. Ouvi muitas vezes falas permeadas pelo discurso comum que desqualifica o serviço público. Em programas de humor, observei esquetes associando a figura do funcionário público à imagem de preguiçoso ou de mau executor. Surpreendentemente, não foi incomum encontrar essa noção difundida no próprio meio e fomentada pelos próprios colegas.

Esse desenho de um serviço público compartimentado onde o servidor parece uma peça solta, deslocada de uma estrutura e com um fazer profissional previamente invalidado no discurso social esvazia o serviço público de sentido. Penso que uma consequência direta seja a invisibilidade da importância desta parte da sociedade e a desvinculação do trabalhador do serviço público com propósitos maiores do que suas intenções pessoais.

Pistas a partir da política pública de educação

Em alusão histórica, destaco meu período de atuação pela Secretaria de Educação de 2005 a 2013, aproximadamente oito anos. Assumi minha função na Educação Municipal em um serviço que estava em fase de encerramento, o CEDAE – Centro de diagnóstico das dificuldades de aprendizagem do escolar, dando lugar ao PROAE – Programa de atendimento do escolar. Estes serviços/programas faziam parte dos esforços da gestão da época para avançar com a educação municipal. Naquele tempo existia o prêmio “Prefeito amigo da escola”, que era um incentivo para desenvolver ações municipais em prol da educação.

Logo que cheguei para atuar como psicóloga foi-me solicitado seguir com os atendimentos clínicos das crianças que aguardavam a continuidade do apoio psicológico iniciado no CEDAE. Na época, diversas questões surgiram em meus pensamentos: O que é este serviço? O que propõe? O que era a rede municipal de educação? Como era formada? Por que uma psicóloga foi solicitada pela Secretaria? Precisei de um bom tempo para construir estas respostas. Não havia um protocolo para a atuação na educação municipal. Tudo ainda era muito sem direção e vago. Parecia ser um grande

agrupamento de pessoas trabalhando e cada um fazendo o seu possível, sem muita conexão com um contexto geral. Essa abordagem no exercício profissional demonstrava uma lógica de trabalho que, de forma inconsciente, promovia a individualização e desarticulação, afastando-se do que deveria compor uma efetiva política pública.

Entretanto, naquela época, havia grande sintonia entre o que acontecia no país e o que se intencionava em nível municipal. Existiam projetos políticos que focavam em mudanças e transformações sociais compatíveis entre o nível federal e municipal. Tanto a Presidência quanto a Prefeitura Municipal eram conduzidas pelo Partido dos Trabalhadores. Havia confluências entre a macropolítica e a micropolítica da época. Havia também sincronia entre as aspirações. No âmbito federal, existia um projeto em execução para criar uma política pública de Estado para a Educação que fosse inclusiva e que pudesse corrigir as principais distorções históricas de acesso e garantias de direitos.

No município, almejava-se estruturar e alinhar as diretrizes com a mesma orientação federal, coordenando projetos e ações de forma eficaz e eficiente. Essa proposta de direção, derivada de um plano nacional capaz de nortear a Educação pública em todo o país, proporcionou-me uma sensação gratificante de sentido, integração e a real possibilidade de contribuir para a construção histórica. Naquele momento, configurou-se uma mudança significativa em relação ao que eu vinha experimentando anteriormente, marcando minha trajetória profissional e trazendo muitos aprendizados, reflexões e questões sobre a atuação em políticas públicas.

Essa tentativa de estruturação de uma política nacional começou a me permitir responder às questões anteriormente suscitadas, impondo-se e atravessando meu percurso de trabalho naquele período. Localizo neste ponto histórico o momento mais marcante em que a impressão mais forte se delineou: a de que uma direção política compartilhada possui uma potência única para transformar realidades, baseada na força da coletividade e na coerência com as reais necessidades fundamentadas em demandas sociais legítimas.

Entretanto, em meio a essas vivências entusiasmantes, logo começaram a surgir conflitos de ideais intensos. Todos os embates realizados para instituir um projeto ético-político para a educação brasileira levaram a confrontos e divisões de posições. Testemunhei levantes vigorosos contra políticas de cotas, desinstitucionalização da educação especial e acesso universal ao ensino regular. A inclusão de pessoas com

necessidades complexas no ensino regular e de indivíduos pobres e negros no ensino superior gerou considerável ressentimento em uma parcela da população, inclusive entre os próprios profissionais da educação local. Foi o primeiro momento em que ficou claro para mim que, mesmo ao articular projetos e ações, ainda enfrentamos fortes resistências às mudanças. Nem todos estão dispostos a aceitar transformações.

No caso do município onde sou servidora, uma mudança na gestão municipal foi suficiente para interromper o progresso educacional pela vertente da inclusão. Uma administração conservadora e neoliberal estancou a transformação. O que era antigo e ultrapassado em relação ao pactuado em 1988 ainda não tinha sido encerrado, e, com isso, o novo ainda não tinha tido a oportunidade de se desenvolver. Essa não é apenas a história de um único município deste país.

O Brasil ainda não conseguiu instituir uma política de Estado para a educação. Na primeira década dos anos 2000 houve um verdadeiro esforço e muitos avanços, ficando de legado: os investimentos em expansão da estrutura educacional (universidades e institutos federais, escolas técnicas), os financiamentos estudantis (PROUNI e FIES), a valorização do professor (piso salarial nacional), a construção de um plano nacional de educação (PNE) e a mobilização para a construção de um fundo nacional para a educação (FUNDEB).

Entretanto, há muitos interesses econômicos que envolvem grandes conglomerados educacionais com a intenção explícita da falência do ensino público de qualidade, para que continuem a dominar este setor da sociedade (mercado). Na minha vivência na política pública de educação aprendi que o servidor público pode ser um grande aliado do mercado privado da educação. Especialmente se não se desconstruiu minimamente de discursos hegemônicos ou se letrou politicamente a ponto de se conscientizar do lugar que ocupa na estrutura da sociedade. E por alienação podem colaborar para desarticulação de dentro para fora do sistema público, se posicionando contra mudanças ou não oferecendo resistência as investidas de desmontes. Na maioria das vezes, nem dimensionam as consequências para própria sociedade. Diante do exposto, é notório que o Brasil ainda não alcançou sucesso em instituir uma política de Estado duradoura para a educação e nem conscientizar seus servidores sobre a importância dela, enfrentando desafios persistentes e lacunas na implementação efetiva de suas iniciativas educacionais, principalmente na Educação Básica.

Pistas a partir da política pública de saúde

Posteriormente, em 2013, deixei minha função junto a Secretaria Municipal de educação e passei a atuar como psicóloga pela Secretaria Municipal de Saúde e permaneci até julho de 2021. Por meio desta nova perspectiva, outra realidade se impôs: o SUS – Sistema Único de Saúde, que defino como uma política de Estado e a melhor materialização das aspirações democráticas e cidadãs da Constituição vigente.

Atuar profissionalmente compondo um projeto ético-político bem estruturado com leis, diretrizes e orientações integradas e articulado a um modelo assistencial democrático que visa direitos, me gerou muita satisfação. Uma sensação de pertencimento e de amparo profissional se deu em mim. Senti-me inserida em um grande coletivo mais politizado e com finalidades mais coerentes com as necessidades do povo brasileiro e passei a viver uma motivação incrível, tornando o trabalho algo composto de sentido e sentimento de pertencimento. Foi um avanço importante na construção de minha identidade profissional.

Todavia, como o SUS não é um sistema fechado/acabado/terminado, apareciam tensões e questões a serem superadas, mas notava melhores mobilizações por parte da administração para superar tais questões. Destaco aqui a questão da micropolítica. Ou melhor, a participação dos profissionais como atores sociais na sustentação cotidiana e no desenvolvimento das políticas públicas para a transformação social.

Visto que estava envolvida há alguns anos com as demandas da população infantojuvenil, em função da minha atuação na política pública de educação municipal, assumi, junto com uma parceira psicóloga e o coordenador da Saúde Mental da época, o trabalho de implantação e implementação do Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi).

Neste momento, seguimos para construir o projeto ético-político do CAPSi. Mas já experimentada da situação anterior, relativa a serviços que podem ser encerrados numa decisão unilateral do executivo, permaneci receosa, mas a base legal e o modelo assistencial embasado pela rica construção do SUS eram suficientes desta vez. Começamos a construir o serviço por etapas estruturadas, visando a garantia futura da permanência para a população. As documentações necessárias, as mobilizações de profissionais para compor a equipe, as discussões públicas, os diálogos com o Controle

Social, a aprovação de Lei Municipal e a sustentação junto ao Executivo garantiram o surgimento do serviço com legalidade, amparo político e administrativo.

De antemão, fiquei muito impressionada com a constituição da política pública de Saúde Mental e Atenção Psicossocial. A Lei Federal nº 10.216, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica brasileira, possui diretrizes claras e precisas, direcionando a assistência e dialogando sobre os direitos da pessoa com transtorno mental (BRASIL, 2001). À época, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) tinham financiamentos específicos com bons recursos. Além disso, havia muita oferta de formações profissionais pelo SUS, inclusive para trabalhadores. Nessa construção, buscamos manter diálogos constantes com movimentos sociais, especialmente os ligados à luta antimanicomial.

Dessa maneira, constituímos a equipe de trabalho do CAPSi e ousamos na organização das lógicas de cuidado e das técnicas de atendimento. Sob influência da experiência de outros serviços que visitamos, existentes há mais tempo, implementamos os atendimentos coletivos de crianças e adolescentes, o que foi muito bem recebido pela população.

Aquecidos, também iniciamos um Fórum de Saúde Mental no município, conquistamos a supervisão clínico-institucional (mesmo sem legislação específica naquela época), compusemos Conselhos de Direitos estratégicos (de Saúde, da Criança e de Políticas sobre drogas) e promovemos diversos eventos com o objetivo de intervir com a população, visando à educação em saúde e à discussão de demandas sociais locais.

Fizemos aproximações com movimentos sociais de temáticas pertinentes para o trabalho, como o Fórum Internacional contra a Medicalização da Vida e o Despatologiza, abordando causas embasadas em questões locais. Enfim, vivemos tempos de possibilidades e importantes construções, até que questões desagregadoras e dissipadoras começaram a ser fomentadas e executadas.

Na época, verifiquei a entrada de algumas pessoas com posicionamentos significativamente diferentes daquilo que estávamos construindo de forma coletiva. Eram atores sociais que se mostravam incomodados com as tensões produzidas pelo debate de ideias em espaços democráticos, que individualizavam problemas complexos e os colavam na figura pessoal de alguns trabalhadores e que consideravam a abertura dos serviços com a comunidade um problema.

Diante disso, e com pessoas que apresentavam um perfil destoante da dinâmica democrática mais progressista em posições-chave, as tomadas de decisão começaram sofrer fortes interferências em nosso projeto local. Passamos a ver as pessoas na liderança serem retiradas uma a uma, de maneira violenta (sob ataques e difamações típicas da competição individualista fomentada pela lógica neoliberal) e abrupta, gerando grandes sofrimentos pessoais e perdas para o trabalho e para a população local.

O Fórum de Saúde Mental foi sendo minado, com impedimentos institucionais para que os trabalhadores pudessem comparecer, até se encerrar por impossibilidade de sustentação. Os Conselhos de Direitos foram esvaziados e os eventos foram fortemente desestimulados e paulatinamente destituídos de sentido, logo de importância, até quase não existirem mais, ou acontecerem sem nenhuma construção de sentido com a demanda local.

Os serviços foram burocratizados de tal maneira que, mesmo existindo atendimento, este se fazia, por vezes, sem efeito, em detrimento de distorções no uso das regras e até mesmo das intervenções. Tornou-se frequente a ocorrência de atuações profissionais que culpabilizavam os usuários por suas contingências, especialmente as mães, reproduzindo questões estruturais, como o machismo, o racismo e o elitismo.

As experiências profissionais dos trabalhadores foram desconsideradas a ponto de transferências, desligamentos e perseguições pessoais se tornarem comuns e naturalizadas. Não existia mais debate sobre questões advindas da própria complexidade dos serviços. O que se tornou corrente foram embates e uma atmosfera de hostilidade, recoberta de indiferença. O conteúdo frequente de conversas e até mesmo de reuniões passava por discursos de intrigas e difamações, sugerindo frequentemente que as dificuldades em situações de casos complexos ou nos serviços estavam atreladas a dificuldades dos profissionais em seu nível mais pessoal.

Aqui, identifico claramente a força de desconstrução do perfil neoliberal e competitivo, que utiliza uma fala ofensiva para operar suas comunicações. Ele atua através da individualização de situações e problemas para abalar e impedir que projetos democráticos se estabeleçam e fortaleçam na coletividade, como é o projeto ético-político da Atenção Psicossocial.

Em termos locais, vivemos um momento de crescimento e expansão de 2013 a 2016. A partir de 2016 tudo foi derrocando. Foi inevitável não comparar o cenário com o contexto macropolítico brasileiro. Na minha perspectiva, foi necessário fazer uma

reflexão no presente deste passado para que eu pudesse acessar essa dinâmica e realizar uma nova construção de sentido. Naquela época experimentei a sensação de que vivia algo muito novo e assustador, até meio paralisante, exigindo muito de minha compreensão.

Por meio do que hoje posso nomear como a ascensão da extrema direita brasileira e suas estratégias de perpetuação de poder, percebo que a verdadeira novidade é fazer avançar com a lógica de cuidado fundamentada na perspectiva da atenção psicossocial no SUS, em pactuação com a Constituição cidadã, e alimentar utopias de transformações e inclusão social. A partir da ascensão da extrema direita brasileira e suas investidas violentas contra a democracia, algumas situações vieram à tona. Acredito que o que vemos hoje, de forma surpreendente pela ousadia inescrupulosa das posições, já dava pistas e se encorajou com o movimento de massa articulado pela invasão de notícias falsas e a deformação da realidade que intentam.

Sentimentalmente, é como se de forma súbita minha atuação profissional pautada por valores humanos, sustentados por um campo de trabalho, a Saúde Mental e a Atenção Psicossocial, perdesse o valor. E instantaneamente se instalava um espectro de incompetência e de menos-valia diante da aclamação dos modelos do campo da iniciativa privada de gestão e produtividade no setor público. Percebi que fazer um *marketing* negativo do trabalhador como quem atravanca os processos de trabalho pode ser muito interessante para esconder finalidades escusas de dominação numa perspectiva neoliberal. E isto me parece especialmente cruel, quando a finalidade da minha profissão deveria ser a transformação social e o desenvolvimento humano.

Em consonância a isto, ao longo do Curso de Especialização na Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP/MG), ouvi de muitas colegas histórias que ecoavam na mesma direção. Dores produzidas pelas relações no trabalho, adoecimento psíquico advindos do trabalho na Saúde Mental e em outras políticas públicas, situações que fizeram as pessoas se sentirem injustiçadas e/ou traídas, enfrentamentos constantes para tentar defender o projeto ético-político da Saúde Mental de distorções grandes, inimizades, perseguições e outras coisas que fazem sentido com a lógica neoliberal onde as relações de poder são sempre a tônica relacional e a competição é a pauta diária.

Acredito que a lógica neoliberal reverberou e produziu alterações nas subjetividades de todos, com mais ou menos efeito, a depender de como cada um de nós lida com “o fascismo que está em nós todos, que martela nossos espíritos e nossas

condutas cotidianas, que nos faz amar o poder e desejar esta coisa que nos domina e nos explora” (FOUCAULT, 1977, p. 2).

Refletindo ainda sobre a participação dos trabalhadores como atores sociais não conscientes de seu lugar na estrutura social, percebo isso como um grande entrave aos avanços das políticas de Estado. O servidor público não consciente de seu contexto ainda está muito inserido numa subjetividade neoliberal. Esta subjetividade impõe obrigatoriamente relações de poder e competitividade. Fica explícito que, o servidor público ao se enxergar como parte da classe trabalhadora de maneira inconsciente, muitas vezes almeja aproximar-se dos valores da elite, desejando o status financeiro da classe dominante, e acaba, infelizmente, por resultar na corrupção de princípios mais humanizados e na recriação das ideias neoliberais que tanto prejudicam o avanço de políticas mais justas e igualitárias em nosso país. Portanto, é crucial promover a conscientização, estimular o pensamento crítico e tentar a emancipação dos servidores públicos, visando à construção de uma sociedade mais equitativa e comprometida com o bem comum.

Consigo observar na política de Saúde Mental e Atenção Psicossocial muita potência para o enfrentamento da impregnação social dos modos de subjetividade neoliberal no cotidiano dos serviços, desde que entendamos que podemos ser extremamente manicomiais através de formas discursivas, posicionamentos e relações de trabalho, e que essa consciência nos permita relações mais horizontais, colaborativas e salutares.

Pistas a partir da política pública de saúde da trabalhadora e do trabalhador

Em agosto de 2021, iniciei minha atuação na Secretaria de Administração Municipal após solicitar e chegar a um acordo bilateral. Naquele momento, considerei que minha relação com a dinâmica do grupo de trabalho do CAPSi havia alcançado um patamar que extrapolava a relação profissional, gerando em mim muito sofrimento. O trabalho sendo conduzido daquela maneira havia se tornado patogênico para mim. Vi-me impelida a renunciar ao trabalho que realizei por dezesseis anos em atividades relacionadas às necessidades do público infantojuvenil.

Apesar da quebra na minha identidade profissional que esta situação provocou, apostei que recomeçar poderia ser a melhor saída. Assim, em busca de uma relação

saudável com o trabalho, cheguei ao Setor de Engenharia de Segurança e Medicina do trabalho (SESMT) com a intenção de desenvolver ações na direção da Saúde do trabalhador.

Mantenho-me neste setor até este momento. Em agosto, completarei dois anos atuando neste campo. Sinto-me amparada pela experiência profissional para defender estas ideias, pois, durante esse período, pude acompanhar muitos servidores em sofrimento pelo trabalho. Compreendi que a dor atinge um nível pessoal devido às características subjetivantes da lógica neoliberal, que é eficaz em opor pessoas sem que elas compreendam o que as leva a este fim.

Considero como um privilégio a minha transição pessoal de alguém oprimido pelas relações de trabalho para alguém que se dispõe a compreender esses processos de opressão. Esse movimento me permitiu entender que não são somente as pessoas, em sua individualidade, que estabelecem relações ruins, mas sim algo prejudicial e individualizante que as permeia e do qual ainda não se conscientizaram, e, por isso, reforçam o mesmo mecanismo. Relacionando essa tese com os processos de produção de subjetividades, especialmente a subjetividade política, desgasta o trabalhador, visto que ele se vê inserido em dinâmicas que contribuem para a manutenção de padrões opressores.

Algumas conexões possíveis

Analisando as estratégias neoliberais, é notório que estas visam despolitizar, individualizar e esvaziar a qualidade dos debates, transformando-os em embates com conteúdo ofensivo. Essas táticas discursivas psicologizantes que são introjetadas pelas pessoas e produzem uma subjetividade coletiva, consonante às ideias hegemônicas, repercutindo no dia a dia dos serviços públicos e reproduzem desmotivação humana para as transformações sociais.

Acredito que a questão do trabalho é uma das questões estruturais que políticas de Estado devem abarcar. A lógica neoliberal se beneficia de todas as condições que estratificam a sociedade. A questão racial, de gênero, de desigualdades sociais e da exploração do trabalhador são importantes pilares para manutenção do status quo conforme o conhecemos.

A conscientização da importância do trabalhador na estrutura social como mantenedor do status quo ou agente de mudança é ponto de grande relevância a ser abarcado nas discussões de questões estruturais.

De forma mais ou menos consciente, a sociedade brasileira vem se apropriando disso. Como evidência dessa reflexão, destaco o fato de o Partido dos Trabalhadores ser o maior partido do país, sendo o único a participar de todas as eleições desde a redemocratização e a eleger cinco Presidentes em nove eleições Presidenciais diretas. Acredito que a palavra trabalhador nos toca, mas também pode reforçar traços de subjetividade neoliberal quando associada a desempenho, produtividade e competição.

Se analisarmos o nível da micropolítica, todos nós que somos trabalhadores do serviço público, temos experiências próprias ou na observação de outros colegas de relações de trabalho que são patogênicas e que podem levar os serviços a desarticulações e até mesmo desintegrações, colaborando para que a lógica neoliberal prevaleça.

A tese do Estado máximo neoliberal é discutida de forma interdisciplinar por diversos autores e estudiosos que analisam as transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas nas últimas décadas. Podemos citar Michel Foucault, que ao fazer um estudo sobre o “discurso” entra no viés político-social da base do discurso.

Para ele o discurso é um elemento dotado de regras de aparição e apropriação, e sua própria existência intrinsecamente envolve a questão do poder, assim as relações de poder que são construídas, reproduzidas e mantidas por meio do discurso. Vale ressaltar que na vertente de Michel Pêcheux, na análise do discurso há uma convocação de saberes da psicanálise, enfatizando o papel do inconsciente na constituição do sujeito, o que enfatiza a ausência de um controle consciente e voluntário do discurso.

Aglutinando essas concepções podemos perceber que há uma conexão na replicação de ideias neoliberais pelos trabalhadores do serviço público. Ou seja, quando os trabalhadores do setor público defendem a redução do papel do Estado na economia e a privatização de serviços públicos, vemos as replicações de discursos, reforçando a influência profunda do neoliberalismo, que permeia não apenas as esferas econômicas, mas também a mentalidade de indivíduos que desempenham funções cruciais no sistema público. Sob a ótica pecheutiana, vemos que essa postura carece de uma consciência crítica gerando assim uma adesão ao paradigma neoliberal por parte dos trabalhadores.

Mesmo em espaços que valorizam e incentivam a prática no serviço público, como a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, foi comum ouvir ao longo do curso de especialização, histórias, casos, críticas e apontamentos sobre a atuação em políticas públicas. Penso que fomentar ainda mais essas discussões pode ser interessante, principalmente quando o público envolvido são trabalhadores das políticas de Saúde Mental.

Por outro lado, Por outro lado, na ESP, encontrei um acolhimento especial e suporte para as questões decorrentes das minhas experiências na política pública de Saúde Mental. A oferta desses espaços me parece uma ferramenta importante para enfrentar os processos individualizantes da lógica neoliberal. Agrupar pessoas, ter a oportunidade de falar e encontrar uma escuta acolhedora, ser incentivada e produzir conhecimento a partir da experiência, parecem ser práticas subjetivantes, mas de uma lógica totalmente distinta da neoliberal.

No Brasil, vivemos a experiência do adoecimento psíquico da população através da intervenção política. A fala cínica, a fala ofensiva e atos violentos nos proporcionaram grande mal-estar. Famílias se dividiram, relações se encerraram, até mortes por posições políticas acompanhamos nos noticiários. A reflexão sobre as

políticas de Saúde Mental no Brasil está em foco direto. Neste momento, conseguimos fundamentar essa especialização.

Seguindo tal entendimento, se a lógica neoliberal produz massificação e possui capacidades subjetivantes que afetam as pessoas, com maior ou menor impacto, dependendo do grau de libertação de suas incrustações fascistas, e sob essa condição é necessário buscar tudo que nos liberta de relações de opressão, então é crucial promover a conscientização, estimular o pensamento crítico e fomentar a emancipação dos servidores públicos. Isso contribui para findar o processo de alienação que o neoliberalismo porta e ajuda a retornar gradualmente a saúde mental dos trabalhadores.

Relacionando o ambiente com a saúde mental dos trabalhadores, podemos enxergar que os manicômios existem para muito além de seus muros, em relações instituídas, contidas em discursos e atos, na política e na vida das pessoas. Logo, todo o esforço de compreensão destes mecanismos e como se difundem é importante para poder superar os lugares de opressão e quebrar ciclos de degradação da saúde mental. No livro *“Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros”*, Dunker explora a relação entre a gestão do sofrimento humano e a produtividade no trabalho. Ele defende que vivemos em uma sociedade que valoriza a eficiência e a produtividade, levando as pessoas a reprimir emoções negativas em nome de uma suposta produtividade. Porém essa abordagem pode ter consequências prejudiciais tanto para a saúde mental como para a qualidade do trabalho. Dunker destaca a importância de um ambiente de trabalho que priorize a escuta, o apoio emocional e a compreensão das dificuldades dos trabalhadores. Essa abordagem, ao contrário das ideias neoliberais, é crucial para promover uma relação de trabalho saudável e sustentável.

Parece-me que há uma convocação para política nacional de Saúde Mental responder aos tempos atuais. A Atenção Psicossocial com seu modelo de assistência comunitária e assegurado da cidadania das pessoas em situação de sofrimento mental pode até ser alvo de ações neoliberais para seu desmonte, mas também é pura potência para o enfrentamento do discurso neoliberal e seus modos de subjetividades. Precisamos resgatar, com toda a força, as propriedades humanizantes dos valores da Atenção Psicossocial. Pensar em acolher, cuidar e incluir na sociedade numa perspectiva de promoção dos direitos humanos se faz uma resposta eficaz e eficiente.

Conforme ressaltado por Rolnik (2017), a capacidade de sucumbir a doenças através de mecanismos políticos perversos não apenas convoca o mal-estar, mas também destaca o surgimento do desejo. A autora sustenta a perspectiva de que uma possível saída desse cenário complexo é viabilizada pelo trabalho criativo, considerado como semente, onde, por meio do processo de trabalho e cuidado, construímos nossa subjetividade. Nesse contexto, o trabalhador que consegue suportar as adversidades e suas imposições opera com maior liberdade, abrindo-se para um trabalho mais criativo. Essa abordagem enfatiza a importância de se cultivar uma resiliência que, ao invés de submeter-se passivamente ao mal-estar político, permita a emergência de uma subjetividade mais autêntica e capacitadora.

O trabalho criativo é visível na dimensão micropolítica e torna-se uma via possível para criar desvios e inovações em relação ao padrão instituído, gerando projetos inventivos e originais como expressão da liberdade. Contudo, se esse agir estiver capturado pelas lógicas capitalistas neoliberal, moral ou dogmática, ele age em submissão ao *status quo*, reproduzindo relações hierarquizadas e opressoras, e a mudança não se opera.

Penso na construção de sentido do trabalho nas políticas de Saúde Mental e Atenção Psicossocial em uma direção de valores humanos e realizado com alegria como algo radical. Esse movimento é fundamental para o fortalecimento de uma micropolítica que possa potencializar práticas transformadoras.

Acredito também, que temos muito a aprender sobre nossa realidade política recente. Inclusive para tentarmos compreender o que podemos evitar que aconteça novamente. Como o Brasil se tornou grande representante do crescimento da extrema direita no mundo, seria uma questão de relevância pensar nesse tema. Adicionalmente, se faz importante pesquisar sobre os processos subjetivantes neoliberais de forma detalhada, como engendram assujeitamentos e agenciam grandes grupos.

Considero as minhas construções pessoais de trabalho como oportunidades de criar frente ao que antes me causou dor e sofrimentos. Esse movimento me permitiu lidar com a realidade política e institucional de nosso país com perspectiva de responder diferente do que é difundido e explorado pela lógica neoliberal – o sofrimento do trabalhador visando o aumento de sua produção. Nós que estamos inseridos em universos de atuação profissional que visam à assistência as pessoas, não trabalhamos com outra coisa se não produção de vida. Minha real produção profissional perpassa a

construção de relações humanas, saberes e sentidos advindos da experiência e possibilidades de futuro melhores do que o presente.

Para concluir este trabalho, retomo uma afirmação de Félix Guattari: “A única finalidade aceitável das atividades humanas é a produção de uma subjetividade que enriqueça de modo contínuo a relação com o mundo” (1992, p. 33).

Referências

ALARCON, Sergio. Da reforma psiquiátrica à luta pela “vida não-fascista”. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 12. n. 2, p. 249-263, maio-ago. 2005.

ALMEIDA, Silvio. O que é o neoliberalismo? Silvio responde, 2023. Disponível em: <https://youtu.be/sjG5JgpnzaA> Acesso em: 29 jan.2023.

BARÃO, Marcus; MONTEIRO, Wesla; RESEGUE, Mariana. Políticas de Estado: o que são e por que precisamos delas no Brasil?. Disponível em: <https://www.politize.com.br/politicas-de-estado-o-que-sao-e-por-que-precisamos-delas-no-brasil/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

BLUME, Bruno André. O que é o neoliberalismo? Economia, 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/neoliberalismo-o-que-e/> Acesso em: 26 set. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 19 dez. 2023.

BOGÉA, Diogo. Micropolítica – o que realmente podemos fazer? - superando as ilusões de onipotência. Canal: Oficina de Filosofia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YrFvfmLbvo0&t=516s>. Acesso em 19 dez. 2023.

CFP (Brasil). Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Pública: defesa e resistência. Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - 1. ed.- Brasília: CFP, 2022.

CFP (Brasil). Código de Ética Profissional do Psicólogo. XIII Plenária do Conselho Federal de Psicologia. Brasília, agosto de 2005.

CAVAGNOLI, Murilo e MAHEIRIE, Katia. A cartografia como estratégia metodológica à produção de dispositivos de intervenção na Psicologia Social. Fractal:

Revista de Psicologia [online]. 2020, v. 32, n. 1. Acessado 20 Novembro 2022, pp. 64-71. DOI: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v32i1/5680>.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. - 5. Ed. Ampliada – São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

FIGUEIRO, Albuquerque; SILVA, Rafael y Da; EMANUELA, Martha. A construção de um projeto ético-político na psicologia: um desafio para a profissão, 2011. Disponível em: <https://www.aacademica.org/000-052/2.pdf>. Acesso em 19 dez. 2023

FOUCAULT, M. A Arqueologia do Saber, 1969. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FOUCAULT, Michel. Introdução à vida não-fascista. Preface in: Gilles Deleuze e Félix Guattari. Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia, New York, Vikings Press, 1977, PP. XI-XIV. Traduzido por Wanderson Flor do nascimento.

GOVERNO FEDERAL (Brasil). Sobre a Política Fiscal. Tesouro Nacional, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional> Acesso em: 26 abr. 2023.

GUIMARÃES, Thaís de A. A.; ROSA, Lucia C. dos S. A remanicomialização do cuidado em saúde mental no Brasil no período de 2010-2019: análise de uma conjuntura antirreformista. *O Social em questão* – Ano XXII – n. 44, pg. 111–138. Mai a Ago/2019.

GESSER, Marivete. Políticas públicas e direitos humanos: desafios à atuação do Psicólogo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 33, n. spe, p. 66–77, 2013.

GIDDENS, A. Sociologia, 2005. Artmed Editora. Disponível em: <https://damas20162.files.wordpress.com/2016/08/giddens-anthony-sociologia.pdf>. Acesso em 20 dez.2023.

GUATTARI, Felix. Caosmose: um novo paradigma estético. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

KASTRUP, Virginia. PASSOS, Eduardo. ESCÓSSIA, Liliana. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.

LACAN, Jacques. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

LEVITISKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMA, Renan. Estado Mínimo: o que é? Disponível em <https://www.politize.com.br/estado-minimo/>. Acesso em: 20 out. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Rede de Atenção Psicossocial, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desme/raps>. Acesso em 20 dez. 2023. REINHOLZ, Fabiana. Emenda 95, o enfraquecimento do pacto social. Brasil de Fato. Porto Alegre, RS. 03 de outubro de 2018.

PÊCHEUX, M. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio, 1983. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp.

ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROLNIK, Suely. Subjetividade Contemporânea: Crise da Identidade Moderna. Narciso no espelho do século XXI: Diálogos entre a Psicanálise, as Ciências Sociais e a Comunicação, 2017. Disponível em: <http://www.narciso21.com>

ROLNIK, Suely (2015, 30 de dezembro). A hora da micropolítica – Entrevista. *Goethe Institut Brasilien*. <https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/fok/rul/20790860.html>.

SAFATLE, Vladimir; DUNKER, Christian; JUNIOR, Nelson da Silva. Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SCHERER, Laura Alves e GRISCI, Carmem Ligia Iochins. Cartografia como Método de Pesquisa para Estudos de Trabalho e Subjetividade. *Revista de Administração Contemporânea* [online]. 2022, v. 26, suppl 1 [Acessado 18 Novembro 2022], e210202. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022210202.por>.

SILVA, R. B., & CARVALHAES, F. F. de (2016). Psicologia e Políticas Públicas: impasses e reinvenções. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 247-256.

SOARES, Leonardo Barros e MIRANDA, Luciana Lobo. Produzir subjetividades: o que significa? *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 9, n. 2. Rio de Janeiro, set. 2009.

SOUZA, Amanda. Liberalismo: entenda esta corrente política. *Sistemas de governo*, 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/liberalismo-o-que>

TEIXEIRA, S. M.. Descentralização e participação social: o novo desenho das políticas sociais. *Revista Katálisis*, v. 10, n. 2, p. 154–163, jul. 2007.